

CRIE...

PORQUE TODAS AS
CRIANÇAS PRECISAM
DE BRINCAR!

**O DESENVOLVIMENTO
DO TALENTO NO
DESPORTO ADAPTADO**

UM ESTUDO COM ATLETAS
DE ELITE PORTUGUESES

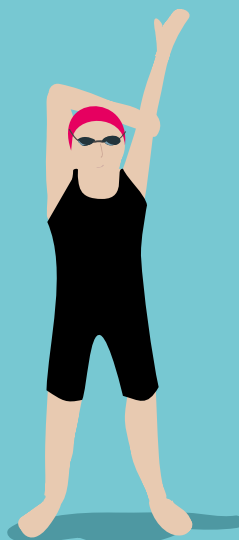
**TREINO DE COMPETÊNCIAS
MENTAIS NA SELEÇÃO
NACIONAL DE BOCCIA:**

UMA INTERVENÇÃO
PSICOLÓGICA





ÉTICA DESPORTIVA PARA TODOS!



Diretor Editorial

Mário Lopes (FPDD)

Diretor Editorial Adjunto

Hugo Sarmiento (FCDEF-UC) Salomé Marivoet

Conselho Editorial

Alexey Baryaev (St. Petersburg University), Anabela Vitorino (ESDRM), Antonino Pereira (ESEV), António José Silva (UTAD), Ash Routen (Loughborough University), Bruno Sena Martins (CES), Carla Filomena Silva (Nottingham Trent University), Carla Lourenço (UBI), Carlos Paula Cardoso (CDP), Cláudia Pinheiro (ISMAI), David Rodrigues (ANDES), Fernando Fontes (CES), Humberto Santos (INR), Jorge Carvalho (IPDJ), José Carlos Lima (PNED), José Manuel Constantino (COP), José Pedro Ferreira (FCDEF-UC), Leila Marques (CPP), Leonor Moniz Pereira (FMH), Luís Gomes Costa (ULHT), Maria João Campos (FCDEF-UC), Paula Campos Pinto (ISCSP), Renato Nunes (CNR-SCMP), Rui Corredeira (FADE-UP), Sofia Santos (FMH-UL), Stevo Popovic (Montenegro University), Tadeu Celestino (CI&DETS), Vitor Pataco (IPDJ) e Zoran Milanovic (University of Nis).

Edição

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência

Rua Presidente Samora Machel Lote 7 r/c Dtº

2620 – 061 Olival Basto – PORTUGAL

Tel: + 351 21 937 99 50 | Fax: + 351 21 937 99 59

E-mail: rfpdd@fpdd.org

Website: www.fpdd.org

Parceiros Institucionais



Parceiros Pro Bono



Índice

3. Editorial

8. Atividade Física na Dificuldade Intelectual e Desenvolvimental a Nível Nacional: Uma Revisão Sistemática

Susana Diz, Sofia Santos, Fernando Gomes, Adilson Marques

16. Efeitos de um programa de intervenção motora na proficiência motora de crianças com Perturbações do Espectro do Autismo

Carla Lourenço, Dulce Esteves, Nunes

22. CRIE... Porque Todas as Crianças Precisam de Brincar!

Maria João Campos

29. Treino de competências mentais na Seleção Nacional de Boccia: Uma intervenção psicológica

Tiago Maciel, Liliana Fontes, Rui Gomes

37. O Desenvolvimento do Talento no Desporto Adaptado - Um Estudo com Atletas de Elite Portugueses

Liliana Domingues, Hugo Sarmento

49. A Inclusão e a Formação de Professores de Educação Física: Um Estudo Exploratório

Tadeu Celestino, Antonino Pereira

Editorial

Em mais uma edição da revista científica da FPDD, este editorial propõe um tema que se espera poder servir duas funções: por um lado, apela-se à comunidade científica para que debata uma terminologia alternativa; por outro, propõem-se novas ferramentas de reflexão.

O conceito de “deficiência”, para ser operacional, deve ser alvo de escrutínio antes de se avançar para qualquer ação no terreno. Em português é, de momento, difícil que o investigador reflita sobre este conceito, tendo em consideração o seu posicionamento ético-moral, sem que se aproxime perigosamente de uma falácia lexical.

O vocábulo “deficiência”, de acordo com alguns dicionários, pode ser sinónimo de falha, de lacuna, de erro, num sistema. De acordo com o que advogam as entidades de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, será sempre mais adequado um modelo social que não remeta exclusivamente para alguma “não-conformidade” no funcionamento de um órgão ou de uma estrutura corporal, mas que tenha em consideração a articulação desse *impairment* com o envolvimento ecológico do indivíduo. A experiência de viver com uma “deficiência” pode e deve ser vista, à luz dos direitos humanos, como uma parte integrante da vida humana, que pode manifestar-se mais cedo ou mais tarde no ciclo de vida e que pode ser temporária ou permanente – em suma, acontece a todos. Norbert Elias defende que, na investigação em ciências sociais, os construtos operacionais são-no tanto mais quanto mais proporcionarem uma ideia de processo – daí a sua proposta de termos como “parlamentarização dos conflitos” ou “desportivização dos passatempos”. Estes termos fazem com que mais facilmente o observador compreenda a natureza de continuidade e permanente mutabilidade das relações entre (os corpos das) pessoas e grupos. Um olhar sobre as “pessoas com deficiência” que se centre exclusivamente no “problema” individual que deve ser “solucionado”, nomeadamente pela comunidade médica, é altamente insatisfatório, traiçoeiro e injusto.

É dessa perspetiva que proponho que novas palavras nos ajudem a imaginar melhor as relações entre indivíduos, neste caso específico, na relação especial do investigador com o(s) seu(s) sujeito(s) de estudo.

Concretizando, e procurando então que o contexto em que a pessoa se enquadra no seu quotidiano seja entendido como uma inevitabilidade processual, não será mais adequado utilizar-se o neologismo “descapacitação” ou “descapacidade”?

Reparemos: *disability* dificilmente poderá ser entendida como sinónimo de “deficiência”, como tem sido o caso, até porque neste e noutros contextos, este último termo tem correspondências bem mais satisfatórias na língua inglesa*. Igualmente problemático é o facto de “deficiência” não remeter para um aspeto particular da vida, constituindo-se antes como uma noção globalizante que nos (des)informa que aquela pessoa, independentemente das suas ações, tarefas e obrigações diárias, tem um problema genérico e omnipresente quanto ao qual pouco pode a sociedade fazer.

Pode assim fazer sentido, argumenta-se, colocar a ênfase na capacidade (*ability*), que remete para a negação da incapacidade (*disability*) das pessoas com uma deficiência (*impairment*) motora, sensorial ou intelectual, ajudando assim a reduzir a desvantagem (*handicap*) face a uma determinada tarefa ou atividade da vida diária.

Desta forma, poderá o investigador compreender melhor o seu papel na produção de conhecimento relevante, se não de uma perspetiva de *advocacy* (defesa dos direitos), pelo menos garantindo que não são colocadas barreiras artificiais à plena participação social e cívica dos indivíduos que constituem o seu objeto de estudo.

Em concreto, não deve poder ser possível que uma pessoa com uma incapacitação em determinada(s) área(s) da vida quotidiana se veja perante uma limitação artificial extra ao seu direito de participação cívica na possibilidade que lhe é apresentada de ajudar à construção de conhecimento que pode contribuir para uma sociedade melhor. Assim, as dificuldades que uma pessoa incapacitada pode ter na interpretação de questões (seja por via de uma limitação cognitiva, sensorial ou até motora) nunca devem ser vistas como limitações dos resultados da investigação, mas deverão ser alvo de um aturado processo *a priori* de valorização das pessoas envolvidas, capacitando-as para que sejam algo mais do que meros reprodutores involuntários de estereótipos. Considerações como a complexidade da linguagem utilizada (em alguns casos), a acessibilidade dos formatos dos instrumentos de pesquisa (noutros casos) e a pertinência das questões perante a

experiência de vida dos sujeitos (noutros ainda) poderão ajudar ao robustecimento e, por conseguinte, à aplicabilidade ao mundo real do conhecimento transformativo que se almeja.



Mário Lopes

(*Nota:) poderíamos dar exemplos semelhantes no caso da língua espanhola, que, na tradução dos documentos oficiais originais redigidos em inglês, deixou cair, por exemplo, a expressão anteriormente comum de *minusválidos*, substituindo-a por *discapacidad*.

Editorial

In a new edition of FPDD's scientific journal, this editorial advances a theme that hopefully will serve two functions: on one hand, an appeal to the scientific community for the debate over a new terminology; on the other, the proposal of new tools for reflection.

The term "*deficiência*", if it is supposed to be operational, should be subject to scrutiny before any practical actions are undertaken. In portuguese it is, for the moment, hard for the researcher to reflect on this concept, taking into consideration his / her ethical-moral standpoint, without dangerously approaching a linguistic falacy.

The term "*deficiência*", according to the thesaurus, may be equated with flaw, lack of, error in, a system. In accordance with the disability advocacy institutions, a social model will always be more adequate, one that doesn't exclusively point towards a "non-conformity" in the function of a body organ or structure, but rather takes into consideration the articulation of that "impairment" with the ecological involvement of the individual. The experience of living with a "*deficiência*" can and must be seen under the scope of human rights, as an integral part of human life, wether earlier or later in the life cycle, wether temporary or permanent – summing up, it happens to all. Norbert Elias argues that, in social sciences research, operational terms are operational in as much as they provide an idea of process – hence his defence of such phrases as "parlamentarisation of conflict" or "sportisation of pastimes". These terms make it easier for the observer to understand the continuity and permanent change that are inescapable features of the relations established by people (their bodies) and groups. A perspective on "*peçoas com deficiência*" that exclusively focuses the individual "problem" that must be "fixed", namely by the medical community, is highly unsatisfactory, ensnaring and unfair.

It is from this standpoint that I propose that new words can help us better to imagine the relationships between individuals, in this specific case when it comes to the special relationship established between researcher and research subject(s).

In practical terms, and attempting that the context in which a given person occupies in his / her daily living is understood as a processual inevitability, wouldn't it be more adequate that one uses words such as "*descapacitação*" ou "*descapacidade*"?

Do note: disability can hardly be understood as an equivalent of "*deficiência*", as has been the case, if anything because there are much more satisfying correspondences in the English language, in this and in other cases*. Equally problematic is the fact that "*deficiência*" doesn't point to a particular aspect of life, instead conveying a globalising notion that (dis)informs us that a given person, despite his / her daily actions, tasks or obligations, has a generic and ubiquitous problem about which little can be done.

Thus, we argue that it might be sensible to stress *capacidade* (ability), pointing towards the negation of *descapacidade* (disability) of people with a motor, sensory or intellectual *deficiência* (impairment), in this way helping to minimise the *desvantagem* (handicap) in the face of a given task or daily living activity.

In so doing, the researcher may be better equipped to understand his / her role in the production of relevant knowledge, if not from an advocacy perspective, at least assuring that artificial barriers to full social and civic participation aren't added to the individuals that constitute their study object.

In fact, it shouldn't be possible that a *peessoa com discapacitaçaõ* in some area(s) of daily living sees himself / herself faced with an extra artificial limitation to his / her right to civic participation, when called on helping to produce knowledge that can lead to a better society. Thus, the difficulties that a *peessoa discapacitada* may have when interpreting questions (be it through cognitive, sensory or even motor limitation) should never be seen as limiting factor of the final research results, rather than the object of a cautious process of *a priori* valuing of the individuals involved, enabling them to be more than mere involuntary stereotype conveyors. Considerations such as the complexity of the language used (in some cases), the accessibility of the research instruments used (in other cases) and the pertinence of questions when the subjects' lifestory is weighed (in yet other cases) may help strengthening the transformative knowledge that is aimed at, and therefore, to its real world applicability.

Mário Lopes

(*) Note: other similar examples could be given in the case of the spanish language that, when translating oficial documents originally written in english dropped, for instance, the previously common term *minusválidos*, replacing it instead by *discapacidad*.